

Eixo temático: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social

**Sub-eixo: Ética e ética profissional: fundamentos ontológicos e objetivações
cotidianas**

**FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA ÉTICA: AS INFLEXÕES AO PROJETO
ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL A PARTIR DO AVANÇO DO CONSERVADORISMO
SOCIETAL**

FLAVIO JOSE SOUZA SILVA¹

RESUMO

Este artigo aborda os fundamentos sócio-históricos da ética, tendo como eixo analítico a ontologia do ser social. A partir dessa sustentação, iremos apreender o contexto atual de revigoração do conservadorismo societal, que a partir da pandemia alcança o seu auge, e as inflexões postas ao Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro.

Palavras-chave: Fundamentos da Ética; Projeto Ético-Político Profissional; Contemporaneidade; Conservadorismo Societal.

ABSTRACT

This article addresses the socio-historical foundations of ethics, having as its analytical axis the ontology of the social being. Based on this support, we will understand the current context of the reinvigoration of societal conservatism, which has reached its peak since the pandemic, and the inflections placed on the Professional Ethical-Political Project of Brazilian Social Work.

Keywords: Foundations of Ethics; Professional Ethical-Political Project; Contemporaneity; Societal Conservatism.

INTRODUÇÃO

Áspero é o teu dia. E o meu também.
Inauguro ares e ilhas. Para que teu corpo
Se conheça sobre mim.
Hilda Hilst²

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro

² Os fragmentos de poesia, apresentados ao longo desse texto, podem ser desfrutados em sua essência, no livro: HILST, Hilda. **Da Poesia**. 1.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

O contexto histórico atual revela à sociedade uma série de paradoxos, diretamente relacionados à agudização da crise do capitalismo em curso. Esse cenário materializa uma contemporaneidade marcada pela falta de projetos para o futuro, externando as contradições de uma sociabilidade sustentada pela produção socializada, enquanto os bens socialmente produzidos, são apropriados de forma privada (MARX, 2017).

A atual crise do capitalismo emergiu na década de 1970, reconfigurando as expressões da “questão social”³, repercutindo nas esferas culturais, ideológicas e políticas como resultado dessa crise, que já dura mais de meio século. No caso brasileiro, a convergência da crise capitalista com a crise sanitária⁴ (causada pela pandemia de COVID-19) e a crise política (iniciada com o *impeachment* da presidenta Dilma e aprofundada durante o (des)governo Bolsonaro) reforça as características fundantes do nosso país, tendo as raízes fincadas em um capitalismo que tem a sua formação social-histórica marcada pela escravidão, o patrimonialismo, o patriarcado e o genocídio (RAICHELIS; ARREGUI, 2021).

Como em todas as crises do sistema capitalista, o seu fundamento está na economia, decorrente da contradição central que sustenta esse sistema social. No entanto, essa crise se expandiu para o campo cultural, intensificando as suas manifestações nas esferas ideológica e política, assumindo a forma de uma crise orgânica do capitalismo em sua fase tardia (GRAMSCI, 2015; MANDEL, 1982). A partir do agravamento dessa crise, em convergência com a crise sanitária e política, houve um aumento da precarização das camadas mais pobres e periféricas da classe trabalhadora, resultando em um cenário de mortes e incertezas. Essa devastadora experiência expõe as configurações antissociais do sociometabolismo do capital para o conjunto da sociedade (ANTUNES, 2020).

Nesse contexto, essa nova fase histórica do capitalismo demanda mais um processo de reestruturação produtiva⁵, que se manifesta em uma ofensiva direta contra o mundo do trabalho, impactando tanto na materialidade quanto na subjetividade, com o objetivo de estabelecer novas

³ “[...] a “questão social” expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formação regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania” (IAMAMOTO, 2012, p. 160).

⁴ A Organização Mundial de Saúde –OMS, em 12 de março de 2020, fez saber a todas as civilizações do planeta que, coletivamente, vivia-se uma pandemia denominada de “Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus-2” (SARS-CoV-2). A doença trouxe o maior problema de saúde pública no mundo atual e seus reflexos foram percebidos em áreas importantes da sociedade. O novo coronavírus desencadeia uma crise multidimensional, de ampla envergadura sanitária, humanitária, política, econômica e educacional” (BRENNAND, 2022, p. 9).

⁵ Segundo Gramsci (2015) a crise orgânica do capitalismo exige um processo permanente de reestruturação que é expresso tanto na construção de um novo padrão de acumulação, assim, como, na elaboração de estratégias de dominação que demandam a instauração de novos aparelhos privados de hegemonia.

bases materiais e espirituais de dominação (GRAMSCI, 2015). Um resultado direto desse processo é que, "[...] a partir da década de 1970, o sistema [impulsiona] uma verdadeira 'revolução cultural' com o pós-modernismo e a disseminação dos valores neoliberais" (ALVES, 2022, p. 43).

A intensidade do processo de reestruturação do capital se reflete em uma reação sentida nas diversas esferas da vida social, provocando profundos impactos na composição da classe trabalhadora. A crise sanitária, portanto, revelou as respostas neoliberais que o capital adotou para enfrentar a sua crise em curso, "[...] como estratégia para reverter a queda tendencial das taxas de lucro, em um movimento estrutural de superprodução e subconsumo" (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 139).

A partir desse contexto sócio-histórico, buscamos refletir teoricamente a respeito das inflexões ao Projeto Ético-Político Profissional crítico do Serviço Social brasileiro, partindo do suposto que essa tendência posta socialmente impacta à profissão. Nos demandando, assim, a nos apropriar dos fundamentos ontológicos da ética, para que possamos apreender a construção dos projetos societários e profissionais, a fim que consigamos delimitar algumas inflexões à profissão em questão.

Para dar sustentação teórico-metodológica às nossas reflexões em torno da ética, optamos pela teoria social de Marx. Essa escolha não vem por acaso, mas parte da radicalidade histórico-crítica presente na teoria social marxiana, que apreende a História como um campo de possibilidades abertas. Neste sentido, uma História que pode ser construída para além da barbárie, da desumanização e da reificação do presente, podendo ser substituída por projetos coletivos que "[...] apostam na criação de uma nova sociedade, onde a liberdade possa ser vivida, em todas as suas potencialidades" (BARROCO, 2010, p. 16).

Neste sentido, as nossas reflexões buscarão oferecer elementos para apreender a ética de forma crítica. Nos interessa, assim, ir aos fundamentos da realidade, nos vinculando a uma perspectiva radical, no sentido de ir às raízes dos fenômenos, possibilitando, uma análise para além da aparência (BARROCO, 2009). Para isto, como já sinalizamos, a nossa escolha teórico-metodológica concebe a ética não apenas enquanto uma teoria, limitando a sua compreensão apenas à esfera do conhecimento. Mas uma ética que é, antes de tudo, uma práxis, sendo definida "[...] como capacidade humana posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base de escolhas de valor, projetar finalidades" (BARROCO, 2010, p. 19).

Assim, partimos da compreensão da ética que diz respeito à prática social de homens e de mulheres, em suas objetivações na vida cotidiana e em suas possibilidades de conexões com as exigências éticas conscientes da genericidade humana. Neste sentido, para irmos aos fundamentos da ética, necessariamente, precisamos compreender o seu sujeito, tendo em vista que essa categoria é uma construção histórica do ser social⁶ (LUKÁCS, 2018). Todavia, os fundamentos ontológicos do ser social são importantes chaves teóricas para que possamos alcançar os fundamentos sócio-históricos da ética, tendo em vista a nossa escolha teórico-metodológica.

O eixo central da nossa argumentação é sustentado pela apreensão, como já afirmamos, da ética enquanto uma construção histórica do ser social e que a sua objetivação ocorre de forma contraditória. Sendo assim, variando em cada formação social e histórica, mas sendo sustentada por um núcleo básico que é constituído pela existência da divisão social do trabalho, da propriedade privada e da exploração do trabalho (BARROCO, 2009; 2010; MARX, 2010; 2017). Sendo assim, as objetivações éticas se reproduzem historicamente pela afirmação e pela negação da práxis e das capacidades humanas. Ou seja, pela afirmação e pela negação da própria ética, em seus modos de ser.

Nesses termos, a perspectiva dos projetos profissionais pode ser apreendida a partir do tratamento dado à ética profissional fundada pelo pensamento marxiano (BARROCO, 2010; NETTO, 2006). Que, a partir da capacidade teleológica do ser social, apreende os projetos sócio-históricos profissionais como constitutivos da práxis ético-política, em um contexto que é marcado pela luta entre projetos societários em busca de hegemonia. Assim, partimos da compreensão que os projetos profissionais só podem ser apreendidos, a partir dos vínculos que estes estabelecem com os projetos societários (NETTO, 2006).

Partimos da apreensão, assim como fez Netto (2006), que a sociedade não é uma entidade de natureza intencional ou teleológica, ou seja, a sociedade não possui objetivos e nem finalidade. Pelo contrário, ela dispõe apenas de existência em si, puramente factual. No entanto, a partir da teoria marxiana, apreendemos que homens e mulheres, que compõem a sociedade, sempre atuam teleologicamente, ou seja, a ação humana sempre é orientada para objetivos, metas e fins. Sendo assim, a ação humana, seja ela individual ou coletiva, expressando em sua base necessidades e interesses, implica sempre em um projeto, meios que possam realizá-lo.

⁶ “[...] o trabalho é o fundamento ontológico-social do ser social; é ele que permite o desenvolvimento de mediações que instituem a diferencialidade do ser social em face de outros seres da natureza” (BARROCO, 2010, p. 26).

A partir dessa argumentação, compreendemos que os projetos societários são projetos coletivos, expressam traços peculiares que residem no fato de se constituírem enquanto projetos macroscópicos, trazendo propostas para o conjunto da sociedade. Em uma sociedade de classes, como a nossa, os projetos societários são, necessariamente e simultaneamente, projetos de classe (NETTO, 2006).

Os projetos profissionais, por sua vez, inscrevem-se no marco dos projetos coletivos e estão relacionados às profissões. Mas cabe frisar: os projetos profissionais correspondem especificamente às profissões que, “[...] regulamentada juridicamente, supõe uma formação teórica e/ou técnico-interventiva, em geral de nível superior” (NETTO, 2006, p. 4).

Segundo Mota e Amaral (2016), os últimos trinta anos possibilitaram ao Serviço Social a consolidação de uma referência teórico-metodológica e política que é responsável por nutrir uma cultura profissional crítica, assim como um ideário profissional que rompe com as bases confessionais que marcam a origem da profissão (IAMAMOTO, 2013). O que a categoria profissional convencionou de chamar de: Projeto Ético-Político Profissional.

Mas é também durante esses trinta anos que o Serviço Social na América Latina e no Caribe tem sido polarizado por uma dupla inflexão. A primeira diz respeito ao esforço coletivo da categoria profissional que, a partir da década de 1970, busca construir uma ruptura teórica e política com o lastro liberal-conservador, o qual se caracterizava hegemônico no surgimento e no desenvolvimento da profissão, mas convivendo com ele. No que diz respeito à segunda inflexão, Netto (1996) brilhantemente já nos apontava, em sua análise prospectiva à profissão, na constituição de uma reação conservadora vigorosa e/ou disfarçada que buscava reatualizar o Serviço Social à funcionalidade do projeto societário do capitalismo, fruto dos desdobramentos da crise capitalista.

Nossa exposição está dividida da seguinte forma: no primeiro momento iremos discutir os fundamentos ontológicos do ser social, para que possamos alcançar os fundamentos sócio-históricos da ética. No segundo momento, iremos apresentar o debate dos projetos profissionais, sendo constitutivos da práxis ético-política e que estão imbricados aos projetos societários. No terceiro momento, iremos traçar algumas inflexões postas ao Serviço Social brasileiro em decorrência da crise capitalista em curso que repercute no avanço do neoconservadorismo. Por fim, apresentaremos as nossas conclusões.

AS BASES SÓCIO-HISTÓRICOS À CONSTITUIÇÃO DA ÉTICA

No escuro labirinto que te fazes,
Nessa rede de aço que te envolve,
Nesse fechar-se enorme onde te moves.
Hilda Hilst

Nosso ponto de partida é a apreensão do homem enquanto ser social. Antes de aprofundarmos o debate, cabe dois esclarecimentos: o primeiro diz respeito que ao utilizarmos em nosso texto a categoria homem, estamos fazendo referência ao ser humano, ou seja, a homens e a mulheres. Como sabemos, a língua portuguesa normatiza que a categoria homem sirva de expressão genérica. Para além de uma normatização, a língua expressa a organização da sociedade, onde disparidades e superioridades entre os gêneros/sexos são naturalizadas.

O segundo diz respeito que o debate em torno da ontologia do ser social, só é possível graças ao minucioso e profundo estudo realizado por Marx (2017), em sua obra prima, O Capital – crítica da economia política. A partir da apreensão da estrutura e da superestrutura do funcionamento da sociedade de classes e do trabalho, Marx (2017) apreende as capacidades e potencialidades características do gênero humano em qualquer sociedade e modo de produção. Assim, as reflexões que seguem, partem desta perspectiva teórica, já amadurecida e consolidada por essa tradição de pensamento, bem como, incorporado ao debate dos Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social brasileiro.

Partimos do pressuposto que a história não pode ser compreendida como uma abstração dotada de uma existência independente dos homens. Pelo contrário, a história é uma construção coletiva dos homens reais, ou seja, pelas relações que são objetivadas entre si e a natureza. Neste sentido, Barroco (2009, p. 20) afirma: “[...] o ser social fundamenta-se em categorias ontológicas-sociais, pois os modos de ser que o caracterizam são construções sócio-históricas que se interdeterminam de forma complexa e contraditória, em seu processo de constituição”.

O homem que aqui estamos apreendendo como ser social, é assim denominado justamente pela compreensão de que ele, embora seja um ser que pertence à natureza, não pode ser considerado apenas um ser natural. Embora que o ser social seja impensável sem a natureza, um salto ontológico assinala o momento de sua diferenciação diante da natureza (orgânica e inorgânica). Esse salto, segundo Lukács (2018, p. 43), é o momento em que “[...] o homem é capaz de trabalhar e falar, continuando a ser um organismo biologicamente determinado, desenvolvendo atividades de um novo tipo, cuja constituição essencial não pode ser compreendida em nenhuma categoria da natureza”.

Segundo Marx (2010), o animal também produz. Constrói para si um ninho, habitações, como as abelhas, os castores, as formigas etc. No entanto, o que é produzido pelos animais é para satisfazer necessidades imediatas suas ou de suas crias. Produzindo, segundo autor, unilateralmente. Já o homem, produz universalmente. Neste sentido,

[...] o animal forma apenas segundo a medida e a carência da espécie à pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, as leis da beleza (MARX, 2010, p. 85).

Ao traçar comparações com os animais, Marx (2010) descreve as principais capacidades que são desenvolvidas pelo homem. Ao passo que o homem se desenvolve como um ser consciente “[...] universal e livre, capaz de produzir sem necessidade física e, de fato, quanto mais se afastar, mais livre será a sua produção e a sua autoconsciência de sujeito” a partir da transformação da natureza (BARROCO, 2009, p. 21). Neste sentido, Marx (2010) está apontando o desenvolvimento das capacidades humanas pela categoria trabalho⁷. Categoria que é apreendida pelo autor, como sendo uma “[...] condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2017, p. 120).

O trabalho, assim, é apreendido a partir da sua centralidade ontológica que, segundo Lukács (2018, p. 87), é “[...] antes de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo”. Cabe destacar que a nossa apreensão em torno das categorias parte da premissa que essas são modos de ser objetivos, expressando o processo de produção e de reprodução do ser social na história.

Portanto, o trabalho é apreendido como ação humana de transformação da natureza que se dá a partir do “impulso, regulação e controle” do homem sobre a natureza, colocando em movimento suas próprias forças naturais, como suas mãos, seus braços, sua cabeça etc. Imprimindo, assim, finalidades através do uso da sua capacidade teleológica, ou seja, na antecipação ideal do produto final da sua ação (MARX, 2017).

⁷ “[...] trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...]. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 2017, p. 255).

Assim, o trabalho realizado pelo homem difere daquele que é encontrado no mundo natural (MARX, 2010; 2017; LUKÁCS, 2018), tendo em vista que este é guiado pela capacidade humana de projetar finalidades à sua ação. Isso quer dizer que, antes da concretização da sua ação, o homem imagina em sua mente previamente a construção ideal do que materializará a partir do seu trabalho. Neste sentido, toda a ação humana será guiada por uma intencionalidade, presente na projeção que o homem busca realizar. Assim, podemos afirmar que o homem é, todavia, um ser de projetos (BARROCO, 2009; 2010; MARX, 2010; 2017). Cabe destacar que, a realização do “[...] trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se objetiva, isto é, quando a matéria natural, pela ação material do sujeito, é transformada” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 32).

No processo de trabalho, assim como na práxis, nota-se o papel ativo da consciência, mostrando que é falsa a ideia que a materialidade de uma intervenção prática não implique em sua subjetividade. Neste sentido, o trabalho e práxis materiais são apreendidas quando estamos diante de uma intervenção prática consciente, resultando na elaboração de um objeto que antes inexistia. Sendo, a ação do homem sobre a matéria e da criação, que, através dela, resulta em uma nova realidade humanizada.

O trabalho, sendo apreendido enquanto práxis, realiza um duplo movimento: demandando uma atividade teleológica e cria uma realidade nova e objetiva. Possibilitando, assim, a objetivação do sujeito, onde este se modifica e pode se auto reconhecer como sujeito da sua obra; através dessa ação transformadora, o ser social cria alternativas, abrindo possibilidades de escolhas entre elas; possibilitando, assim, a gênese da liberdade, compreendida como produto da própria atividade do homem; essas alternativas passam a ser valoradas; ampliando, desta forma, as capacidades humano-genéricas (BARROCO, 2009; 2010).

Compreendemos a práxis como sendo uma totalidade de objetivações do ser social, que é construída e constituinte do ser social. As diversas formas de práxis, como a arte, a filosofia, as práticas educativas e etc., propiciam o refinamento do intelecto, dos sentidos, da subjetividade humana, distinguindo-se, portanto, da práxis material, se diferenciando, tendo em vista que objeto da intervenção, agora é o próprio homem.

A partir desta incursão aos fundamentos ontológicos do ser social, chegamos à constituição dos fundamentos sócio-históricos da ética. Nesta linha argumentativa, a ética não pertence a nenhuma dimensão ou esfera específica da realidade, objetivando-se, teórico e praticamente, de formas particulares e socialmente determinadas, como uma conexão que é

estabelecida entre o indivíduo singular e as exigências sociais humano-genéricas (BARROCO, 2009; 2010).

Projetar ações, buscando meios para a objetivação de valores e finalidades, é parte da práxis. Neste sentido, ao passo que afirmamos que essa projeção é ética e política significa considerar que a teleologia implica valores e que a sua objetivação supõe a política como espaço de luta entre projetos. Sendo assim, iremos nos apropriar do debate dos projetos, seja eles societários e/ou profissionais, a seguir.

A PERSPECTIVA DOS PROJETOS PROFISSIONAIS A PARTIR DA ANÁLISE MARXIANA

Trabalho tua terra cada dia
E não me vês. O teu passo de ferro
Esmaga o que na noite foi minha vida.
E recomeço. E recomeço.
Hilda Hilst

Nossa argumentação, até agora, buscou apreender os fundamentos sócio-históricos da ética. Para isso, nos apropriamos dos fundamentos ontológicos do ser social e da sua capacidade teleológica. Compreendemos, assim, que as ações humanas são sempre orientadas para objetivos, metas e fins. Neste sentido, segundo Netto (2006, p. 2), toda a

[...] ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitima e a escolha dos meios para logr-la.

Como já afirmamos, em nossa introdução, a sociedade não carrega consigo um projeto, ou seja, não possui objetivos e nem finalidades. No entanto, os sujeitos que a compõem, estes sim, sempre atuam teleologicamente. Assim sendo, um projeto societário diz respeito a um projeto coletivo, por possuir uma dimensão macroscópica, envolvendo propostas à sociedade, que por meio de uma imagem a ser construída, reclama determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para sua concretização, sendo, portanto, um projeto abrangente (NETTO, 2006; CARDOSO, 2013).

Em sociedades como a nossa, afirma Netto (2006), os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe. A partir da tal reflexão, podemos aferir que a

dimensão política compõe esses projetos envolvendo, portanto, relações de poder. Segundo Netto (2006), p. 3) “[...] a experiência histórica demonstra que, tendo sempre em seu núcleo a marca de classe social a cujos interesses essenciais respondem, os projetos societários constituem estruturas flexíveis e cambiantes”, incorporando novas requisições, possibilitando assim renovação conforme as conjunturas históricas, políticas e culturais vão se modificando.

Neste sentido, podemos compreender que a disputa entre os projetos societários é um fenômeno típico da democracia (CARDOSO, 2013). No entanto, a própria história já nos evidenciou, que o projeto que pertence às classes trabalhadoras e subalternas dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes dominantes, tendo em vista que, como já afirmaram Marx e Engels (2007, p.47), “[...] as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, a sua força espiritual dominante”.

A partir dessas reflexões, podemos apreender os projetos profissionais, que estão inscritos nos marcos dos projetos coletivos, estando relacionados às profissões. Como já pontuou Netto (2006), especificamente àquelas que, reguladas juridicamente, supõe uma formação teórica e/ou técnica-interventiva, em geral de nível superior. Como sabemos, as profissões são legítimas e reguladas a partir das respostas que essas dão às demandas postas pelo movimento da sociedade. Ao nos referirmos à sociedade capitalista, essa é determinada pela relação capital/trabalho, cabendo observar, como assevera Guerra (1998, p. 290), os vínculos dessas respostas “[...] a projetos de sociedade, que no limite, reforçam um dentre os dois movimentos mais genéricos: o da manutenção ou o de ruptura com a ordem social vigente”.

Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo, ou seja, a respectiva categoria profissional que, como já salientou Netto (2006), não diz respeito apenas aos profissionais do “campo” ou da “prática”, mas ao conjunto dos membros que dão efetividade à prática profissional. Para que assim, este alcance hegemonia. Segundo Cardoso (2013) é comum que os projetos profissionais hegemônicos em cada profissão estejam em sintonia com o projeto societário hegemônico em nossa sociedade. No entanto, é possível que “[...] conjunturas precisas, o projeto societário hegemônico seja constado por projetos profissionais que conquistem hegemonia em suas respectivas categorias” (NETTO, 2006, p. 5).

Nota-se, assim, o papel dos sujeitos coletivos que possibilita a construção de projetos contra hegemônicos ao projeto social vigente. No entanto, esses projetos só ganham força na sociedade quando extrapolam os limites das categorias profissionais, vinculando-se aos valores,

finalidades e projetos societários maiores, como os dos movimentos sociais e dos trabalhadores (NETTO, 2006; CARDOSO, 2013). Os projetos profissionais, portanto, são responsáveis por

[...] apresentar a autoimagem de uma profissão, elegendo valores que a legitimam socialmente, delimitando e priorizando seus objetivos e funções, formulando os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (NETTO, 2006, p. 4).

Em síntese, um projeto profissional é constituído por quatro dimensões que estão organicamente vinculadas entre si, sendo elas: a ética, a política, a teórico-metodológica e a jurídica. Sendo traduzidas, no interior das profissões, sob a forma da ética profissional, da organização política, da produção de conhecimentos e do aparato jurídico-político de cada profissão. Assim sendo, os projetos profissionais são constituídos por valores ético-políticos e opções teórico-metodológicas em consonância com um projeto societário, tendo por base o trabalho profissional dos sujeitos dessa ação. Enquanto projeto, esse é responsável por direcionar a ação cotidiana desses profissionais que, por sua vez, construirão e reconstruirão tal projeto em sua práxis profissional (NETTO, 2006; BARROCO, 2009; 2010; CARDOSO, 2013).

Ao consideramos o Serviço Social brasileiro este vem “[...] robustecendo seu protagonismo intelectual e político na formação de uma cultura (teórico-metodológica, ideológica e política) que se contrapõe à hegemonia dominante, em articulação com a esquerda marxista em nosso país” (MOTA, 2016, p. 166). A profissão, assim, consolida-se enquanto uma referência teórico-metodológica e política que é capaz de alimentar uma cultura crítico-profissional e um ideário da profissão, conhecido por nós, como projeto ético-político profissional (MOTA; AMARAL, 2016).

O projeto ético-político profissional carrega consigo elementos que dizem respeito aos instrumentais formais e legais que o comportam, como a Lei que Regulamenta a Profissão (1993), O Código de Ética Profissional (1993), as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996) e os mecanismos de fiscalização do exercício profissional (resoluções, orientações e outros mecanismos) elaborados pelo Conjunto CFESS/CRESS.

Em suma, essa cultura crítico-profissional é enfaixada em quatro dimensões que se alimentam organicamente, sendo elas a formação, a intervenção, a produção de conhecimento e a organização política da categoria, dando sustentação ao projeto ético-político profissional

(LOPES; ABREU; CARDOSO *apud* MOTA, 2016). Esse processo, como se sabe, tem clara filiação teórico-metodológica com a matriz de pensamento marxiana – e com a tradição marxista –, sendo responsável por plasmar “[...] uma direção ético-política cujo produto intelectual – mais do que é uma intenção – expõe, na altura do presente século, uma ruptura com as origens tradicionais da profissão” (MOTA, 2016, p. 167).

Esse processo é dinâmico e vivo, como é próprio do movimento da História. A Intenção de Ruptura rompe com o conservadorismo, mas vive a dialética da convivência com este. Netto (1996) ao prospectar a profissão, já nos alertava que uma conjuntura conservadora poderá inflexionar a profissão com uma reação neoconservadora a fim de reatualizar o conservadorismo que nunca deixou de constituir o Serviço Social brasileiro. Neste sentido, precisamos apreender o tempo presente a fim de compreendermos as inflexões para o Serviço Social, na perspectiva não apenas da sua denúncia, mas também da elaboração de resistências.

A seguir, iremos traçar algumas reflexões em torno do tempo presente, particularizando as inflexões postas ao Serviço Social brasileiro, em decorrência da crise capitalista em curso, repercutindo em terreno fértil para o avanço do neoconservadorismo societal, assim como na profissão.

SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: desafios e inflexões

E bebendo, vida, recusamos o sólido
O nodoso, a friez-armadilha.
Hilda Hilst

O atual contexto sócio-histórico é marcado pelo acirramento das contradições que sustentam a sociabilidade erguida pelo capitalista. Este é um momento histórico singular, caracterizado por um aumento significativo das desigualdades sociais, do individualismo, da mercantilização das relações sociais e da fetichização dos mercados, revelando profundas mudanças na estrutura da sociedade que impactam o *ethos* social.

A contemporaneidade se distingue pela fragmentação de todas as esferas da vida social, desde a produção de mercadorias até a destruição da identidade de classe, o que resulta diretamente no esvaziamento do sentido político da luta de classes. As teorias fragmentadas emergem, promovendo a ideia de que as relações sociais são passageiras e instáveis, refletindo uma objetividade marcada pela precarização do trabalho (BARROCO, 2011; ANTUNES, 2020).

Vivemos um período de conformismo e naturalização, onde a perspectiva crítica tem sido enfraquecida, desacreditada e rejeitada por teorias que claramente buscam a reificação do real. A totalidade social se apresenta como caótica, fragmentada e deformada (ANTUNES, 2020). A produção de conhecimento, que deveria revelar a essência dos fenômenos, se concentra nas superficialidades, resultando em um conhecimento que se alinha ao contexto socio-histórico atual do capitalismo.

A cultura tem sido subordinada à economia, refletindo a sua fragilidade, a fragmentação e a busca por consumo imediato, o que dificulta a reflexão crítica sobre o cotidiano. Paralelamente, expande-se a esfera da manipulação que molda os indivíduos para um modo de ser cada vez mais desumanizante. Nesse contexto, há um avanço na criação de Inteligências Artificiais (IA) responsáveis por pensar, criar músicas, poesias, pintar, e outras produções artísticas que historicamente elevam o ser humano à sua essência mais humana. Paradoxalmente, o trabalho tem se tornado cada vez mais destrutivo, precário, instável, repetitivo e degradante. Em resumo, atribuímos às máquinas as qualidades humanas e nos desumanizamos por meio do trabalho.

As investidas conservadoras manifestam-se na política, onde, através da democracia e do voto popular, protofascistas têm alcançado o poder. Preocupa-nos a adesão popular a essa ideologia, o que reafirma os traços fundamentais da nossa formação social e histórica. Apesar da vitória no executivo federal, o Parlamento brasileiro, nas últimas eleições, fora composto por representantes que refletem o que há de mais retrógrado na nossa política, com traços reacionários, conservadores e negacionistas⁸. A história, no entanto, é marcada por contradições, e não podemos ignorar os avanços alcançados como a eleição das duas primeiras mulheres transexuais⁹ e da primeira indígena a ocuparem cargos no legislativo. São poucos os avanços, mas importantes e nos coloca o compromisso de buscar com mandatos coletivos e que expressem os interesses da classe trabalhadora.

A profissão é profundamente influenciada pelo atual contexto socio-histórico, considerando as transformações no mundo do trabalho, o que afeta significativamente tanto o mercado de trabalho quanto o exercício profissional das Assistentes Sociais¹⁰, assim como de

⁸ Apreendemos o negacionismo como sendo um fenômeno que consiste em negar, minimizar ou distorcer os fatos históricos, científicos e sociais, muitas vezes com o intuito de justificar ideologias ou comportamentos controversos e perpetuar e naturalizar preconceitos e discriminações. O termo é frequentemente utilizado em relação a negações do Holocausto, da escravidão, do racismo estrutural e das mudanças climáticas, entre outros temas sensíveis (SZWAKO; RATTON, 2022).

⁹Cf.: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/03/congresso-tera-mulheres-trans-indigenas-e-trabalhadores-sem-terra>.

¹⁰ Segundo os dados apresentados na pesquisa intitulada: "O Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional", do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em 2022, o total de

outros/as profissionais. Este período histórico é caracterizado pela “[...] degradação do trabalho e pela precarização das condições em que ele é realizado, impactando não só as condições materiais daqueles que dependem do trabalho, mas também suas sociabilidades, tanto individual quanto coletiva” (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 143). O pensamento neoliberal enfraquece os sistemas públicos, com ênfase na destruição das políticas de proteção social, o que resulta na eliminação de postos de trabalho, impactando o Serviço Social frontalmente, tendo em vista que o Estado tem sido, ao longo da história, o maior empregador da profissão.

Em relação às condições de trabalho, as Assistentes Sociais, como trabalhadoras assalariadas, enfrentam os mesmos processos de degradação e violação de direitos, inclusive em sua inserção nas políticas de Assistência Social, devido à precariedade salarial. As formas de contratação variam amplamente, resultando em um perfil diversificado de profissionais no serviço público, incluindo contratados, terceirizados e estatutários¹¹. Isso afeta a compreensão coletiva da luta entre alguns profissionais, levando a atitudes isoladas e competitivas que alimentam a lógica neoliberal, em oposição ao projeto Ético-Político, e reforçando tendências conservadoras.

No âmbito da formação profissional, já está bem estabelecido que os estudos e pesquisas apontam para a ameaça que o ensino privado, especialmente com a predominância do ensino a distância (EaD), representa para a cultura crítico-profissional, dado o enfoque pragmático, instrumental e funcionalista voltado para os interesses do capitalismo. É necessário questionar quais respostas, encaminhamentos e formas de resistência as instituições públicas têm adotado frente a essas mudanças.

Os ataques às universidades públicas fazem parte da agenda neoliberal. A pandemia trouxe várias consequências para a classe trabalhadora, principalmente no que se refere ao rebaixamento da cultura e à adoção de uma formação tecnicista e empobrecida, exemplificada pela reforma do ensino médio. O que está em curso é a naturalização do discurso do “fim da história”, que passa pela destruição do projeto de eversão, já que esse seria apreendido como incapaz de transformar o real.

CONSIDERAÇÕES

É neste mundo que te quero sentir.

41.083 profissionais, ou seja, 92,92% dos 44.212 participantes desta pesquisa, se identificam com o gênero feminino, justificando o nosso uso deste pronome, ao nos referirmos ao coletivo das profissionais do Serviço Social no Brasil.

¹¹ Como mostra os dados da última pesquisa, realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em 2022, com o título: Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.

Hilda Hilst

A contemporaneidade, marcada pelo agravamento da crise do capitalismo em curso, tem expressado a aridez atroz dos tempos sem direção. No entanto, como o movimento da história carrega consigo contradição, esse momento histórico tão particular nos permite apreender as inflexões posta por esse sistema social caduco e que esgotou todas as suas possibilidades civilizatórias.

A barbárie do processo reestruturador do capital é sentida nas mais diversas dimensões da vida social, impactando e inflexionando o mundo do trabalho, externados em processos de retirada de direitos e de retração de conquistas sociais da classe trabalhadora. O Serviço Social, inserido na história e participe dela, é impactado por essa conjuntura que, para além de toda a degradação do trabalho, reforça o conservadorismo que sempre fez parte da constituição dessa profissão numa tendência posta à reatualização, impactando a direção consolidada pela Intenção de Ruptura.

No entanto, esse momento não é de conformação, deve ser um momento de compreensão e de apreensão das contradições, inflexões e das impossibilidades abertas pela história, na perspectiva de reforçarmos e endossamos a perspectiva crítica, nos opondo à perspectiva conservadora que sempre subordinou e colocou o Serviço Social brasileiro a serviço da reprodução dos interesses da classe dominante.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovani. O Triunfo da Manipulação. In: ALVES, Giovani; SANTOS, Ariovaldo. **O Espectro de Lukács**: política, estética e estranhamento na era da barbárie social. 1ªed. Marília, SP: Projeto Editorial Práxis, 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo: 2020.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.106, p.205-218, abr./jun. 2011.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRENNAND, E. G. de G. Prefácio. In: XAVIER, M. M.; SERAFIM, M. L.; SILVA, M. P. B. da; ALMEIDA, S. N. C. B. (org.). **Professor, cadê o link?**: dossiê ensino remoto emergencial. São Paulo: Mentis Abertas, 2022. p. 9-15.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e Projetos Profissionais**: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. 1ªed. Campinas-SP: Papel Social, 2013.

GUERRA, Yolanda. A Dialética Causalidade e Teleologia: elementos para pensar os “rumos da profissão”. In: **Anais do IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)**. O Serviço Social rumo ao século XXI. Eixo: trabalho e projeto ético-político profissional. CFESS, Brasília, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. (Trad. Carlos Nelson Coutinho; Luiz Sérgio Henriques). 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

HILST, Hilda. **Da Poesia**. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7ªed. São Paulo: Cortez, 2012.

Lukács, György. Para uma ontologia do ser social I (trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélío Schneider) 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Tradução Carlos Eduardo Silveira Matos; Régis de Castro Andrade; Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. (trad. Rubens Enderle). 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. (trad. Jesus Ranieri). 4ªed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. (trad. Rubens Enderle, Nélío Scheider e Luciano Cavini Martorano). São Paulo: Boitempo, 2007.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. **Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: SILVA, Maria Linduína de Oliveira e. **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social no Brasil: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-129.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. O Trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

SZWAKO, J.; RATTON, J. L. (org.) **Dicionário dos Negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe, 2022.